



ENTRE PALAVRAS E COISAS... INFINITOS CONTROLES

Cristianne Maria Famer Rocha

RESUMO – *Entre palavras e coisas... Infinitos controles.* Neste artigo procuro sintetizar algumas das categorias trabalhadas por Foucault e por Deleuze ao analisarem as sociedades “de soberania”, as “disciplinares” e as “de controle”. Apropriando-me das análises feitas por estes autores em relação a estas sociedades, procuro descrever alguns dos conflitos pelos quais estamos passando para tentarmos sobreviver nesta sociedade contemporânea, caracterizada por uma hegemônica globalização sócio-econômico-cultural, de nenhuma liberdade e infinitos controles.

Palavras-chave: *poder, violência, disciplina, vigilância, controle.*

ABSTRACT– *Between words and things... Infinite forms of control.* This article is an attempt to synthesize some of the categories worked out by Foucault and Deleuze, in examining the “sovereignty”, “disciplinary” and “control” societies. Taking the authors’ analysis regarding those societies, I try to describe some of the conflicts we are going through in trying to survive in contemporary society, characterized by an hegemonic social, economic and cultural globalization, where there is no freedom but plenty of infinite controls.

Key-words: *power, violence, discipline, vigilance, control.*

Quando instauramos uma classificação refletida, quando dizemos que o gato e o cão se parecem menos que dois galos, mesmo se ambos estão adestrados ou embalsamados, mesmo se os dois correm como loucos e mesmo se acabam de quebrar a bilha, que é, pois, o solo a partir do qual podemos estabelecê-lo com inteira certeza? Em que “tábua”, segundo qual espaço de identidades, de similitudes, de analogias, adquirimos o hábito de distribuir tantas coisas diferentes e parecidas? Que coerência é essa (...) [que aproxima e isola, analisa, ajusta e encaixa conteúdos concretos]; nada mais tateante, nada mais empírico (ao menos na aparência) que a instauração de uma ordem entre as coisas; nada que exija um olhar mais atento, uma linguagem mais fiel e melhor modulada; nada que requeira com maior insistência que se deixe conduzir pela proliferação das qualidades e das formas (Foucault, 1995a, p.9).

O ajuste¹

Mais ou menos nos últimos duzentos anos, a sociedade (ou parte dela) – convencionalmente conhecida como – ocidental tem procurado ordenar, categorizar, distribuir, distinguir, nomear, classificar (entre outras possíveis ações distintivas) coisas (vivas ou não) com o propósito de conhecer e/ou melhor entender o espaço que ocupamos, as emoções que sentimos, as necessidades que temos, nossos limites e nossa capacidade de sobrevivência e permanência na terra.

Se por um lado tantas minuciosas categorizações – ou explorações científicas que permitem definir, a partir da diferenciação, os possíveis no mundo – tentaram aproximar os até então desconhecidos; por outro lado, esta rede de informações se transformou num emaranhado de nós que freqüentemente não contempla o indescrito, o invisível, o indizível, o não conhecido, o não distribuído e o não nomeado.

Fizeram-nos acreditar (e muitos continuam acreditando) que por sermos animais racionais (distintos, portanto, dos outros animais “não pensantes”) deveríamos entender a organização “natural” do mundo e a partir dela – e graças às nossas “naturais” capacidades intelectuais – transformar para construir, aos poucos e ininterruptamente, um mundo melhor, mais desenvolvido e, se possível, mais justo, mais humano, mais igualitário, mais feliz.

Inúmeras tecnologias foram sendo utilizadas a fim de possibilitar este tipo de organização sócio-econômico-cultural que vem repercutindo no modo como ocidentalmente tentamos organizar nossa cultura, nossa economia, nossa política, nossas vidas coletivas e individuais. Tecnologias distributivo-organizativas que nos fazem crer em algumas meta-narrativas que explicam o mundo a partir do progresso, do desenvolvimento, das “ditas” melhorias, da qualidade de vida, das verdades “indiscutíveis”, da emancipação do cidadão, da sua conscientização e participação democrática, da justiça, da fraternidade, etc.,

etc., etc.² A lista é enorme e nunca acaba, pois sempre é possível nela inserirmos uma outra desejável e “alcançável” utopia, um novo projeto que reconcilie o passado, o presente e o futuro, numa grande dialética de superação constante.

(...) a modernidade pode caracterizar-se, de fato, por ser dominada pela idéia da história do pensamento como uma “iluminação” progressiva, que se desenvolve com base na apropriação e na reapropriação cada vez mais plena dos “fundamentos”, que freqüentemente são pensados também como as “origens”, de modo que as revoluções teóricas e práticas da história ocidental se apresentam e se legitimam na maioria das vezes como “recuperações”, renascimentos, retornos. A noção da “superação”, que tanta importância tem em toda a filosofia moderna, concebe o curso do pensamento como um desenvolvimento progressivo, em que o novo se identifica com o valor através da mediação da recuperação e da apropriação do fundamento-origem (Vattimo, 1996, p. VI).

Neste “modelo” teórico, o mundo cientificamente conhecido, datado e localizado parece ser o único possível. Baseado neste modelo, muitas vêm sendo as formulações teóricas constantemente postuladas que discutem os “problemas” tentando responder “como poderia ser melhor” (e, para isto, procuram apontar sempre outras possíveis soluções desejadas) ou “por que não estava sendo tão bom quanto se imaginava que poderia ser” (e também aqui é importante analisar “criticamente” sem jamais esquecer de apontar o que deverá ser mudado para produzir melhores e maiores resultados práticos, técnicos, científicos).

Poucos têm ousado entender ou ver o mundo para além ou apesar deste modo moderno de compreensão. Pois, para abalar estas superfícies que (parece) se sedimentaram ao longo dos últimos séculos de saberes, descobertas, lógicas, verificações, proclamações e legitimações – tidas como – científicas, é preciso, creio, re-visar o modo como nos vemos no mundo e o modo como nos disseram que estamos no mundo.

Talvez fosse necessário usar outras tecnologias ou mecanismos de compreensão do mundo e das relações (de sujeição, de poder, de divisão, de discriminação, de injustiça, de moral, de ética, etc.) que nele se dão. Talvez fosse necessário relativizar as verdades e as mentiras, desconstruir³ os discursos (quem fala, de onde fala, para quem fala, por que fala, como fala), repensar as fontes e os (indiscutíveis) autores, reequacionar os avanços e progressos, redimensionar as descobertas, reavaliar valores, crenças, ciências, dogmas.

Se é possível pensarmos o mundo a partir de uma construída (porque inventada, fabricada) “evolução” que publiciza continuamente seus desejados progressos – e alguns (inevitáveis) retrocessos – e que nos induzem a ver como normais e naturais a atual organização social, o “reconhecido” desenvolvi-

mento econômico e a unilateral produção acadêmico-cultural-científica ocidental; também é possível pensarmos o mundo fora deste eixo de reflexão. Se assim o fizermos, poderemos perceber, com outras lentes, um mundo docilizado, controlado, domesticado, anestesiado, de poucas lutas, abafadas revoltas e inglórias guerras, apesar da nada igual distribuição de renda mundial (e conseqüente pauperização de mais da metade da população mundial⁴), da escassez de alimentos, da crescente depredação/poluição ambiental, da contínua exploração capitalística⁵, do crescente aumento do número de indivíduos sobre a terra⁶ e da inversamente proporcional (em progressão geométrica) capacidade de absorção desta população na produção (e “desejável” conseqüente consumo) de meios de sobrevivência que garantam efetivamente qualidade e quantidade de vida a todos aqueles que aqui nascem.

Neste mundo – e com outras lentes – poder-se-ia ver um *modus vivendi-operandus* que continuamente produz sujeitos dóceis, disciplinados, de atitudes controladas, desejos presumíveis, dificuldades calculadas, programadas liberdades. Um mundo onde modos de ser, pensar e viver objetivam manter tudo numa “perfeita” ordem, sem abalos nem rachaduras. Uma ordem “perfeita” (branca, pacífica, limpa, organizada, compreensível, moderna, bem equipada, bem estruturada, etc.) num mundo preferencialmente habitado por indivíduos machos, brancos, loiros, de olhos azuis, limpos, bem cheirosos e ricos.

Porém, estar dentro ou fora destes limites (evolucionistas ou disciplinariantes) de reflexão do mundo não são (nem pretendo que eles sejam) as únicas variáveis possíveis. Talvez outras reflexões pudessem entender ou descrever o mundo em que vivemos e suas diversas formas organizativas, além das acima citadas. Optar por um modelo analítico-explicativo não significa absolutamente, porém, substituir o mesmo por um outro, pretendendo que um seja melhor do que o outro. São apenas formas, maneiras diferentes de pensar o mundo. Calçadas em algumas “verdades”, produzem determinados sujeitos, legitimam alguns conceitos, estabelecem outros limites. Não negá-los ou invalidá-los e reconhecê-los como possíveis é um exercício de extremo rigor, creio. Mesmo porque estamos habituados a pensar que seja na diferenciação, na diversidade, que encontramos as possíveis universalidades, os outros, porque neles nos reconhecemos pelo que não somos, a eles denominamos e através deles nos significamos e nos demarcamos.

A opção

Segundo Veiga-Neto (1996), a “Nova Ciência” de Descartes, Newton, Comte, Bacon e Galileu, apoiada no papel desvelador do conhecimento, da razão, da consciência, da autonomia e da verdade absoluta, fez-nos aceitar tacitamente a existência de

(...) um sujeito transcendental, cuja racionalidade é algo como um reflexo de uma Razão também transcendental e totalizante. Além disso, o progresso é visto como o resultado necessário de um desenvolvimento mais ou menos teleológico da História. A consciência é entendida como um estado a que se pode chegar pelo uso correto da razão. E a linguagem é entendida como um instrumento capaz de descrever o mundo e, de certa forma, representá-lo (Idem ibidem, p. 23).

As ciências da linguagem, as biológicas e as econômicas, baseadas nos princípios da descoberta, do desvelamento, da representação e da legitimação, produziram uma série de categorizações, regularidades discursivas, classificações, ordenações e nomeações que tornaram possível a organização de um emaranhado sem fim de conhecimentos e teorias (Foucault, 1995a). Novos conhecimentos e novas ciências que contam uma história do progresso e da perfeição crescente, ocultando as similitudes e os rompimentos históricos que produziram um ou outro discurso teórico. Certezas que se produziram num espaço e num tempo bem determinados, onde se distribuíram – e se distribuem – “coisas diferentes e parecidas” (Foucault, 1995a, p. 9). (In)Coerências que aproximam, isolam, analisam, ajustam e encaixam tudo e todos nesta “tábua” que sistematizará e ordenará tantos científicismos.

Se ordenamos e nomeamos o mundo (substituindo coisas por palavras), segundo um conjunto de regras historicamente superpostas, “o que dizemos sobre as coisas nem são as próprias coisas (...), nem são uma representação das coisas (...); ao falarmos sobre as coisas, nós as constituímos” (Veiga-Neto, 1996, p. 27). Pois, “a representação [é] como o produto de uma exterioridade em que cada um se coloca e a partir do qual cada um traz, a si e aos outros, o que ele entende por mundo real” (idem, p. 28).

Sendo assim, ao abandonarmos o moderno conceito de representação, temos diante de nós um mundo construído e entendido a partir das cotidianas (individuais e/ou coletivas) práticas discursivas⁷. Um mundo nem mais real, nem mais verdadeiro, nem melhor, nem mais evoluído, nem mais complexo. Um mundo diferente daquele que, baseados em alguns princípios teóricos e metodológicos, deveríamos definir como o único possível. Um mundo de construções possíveis, de sensações, imagens, interpretações, visibilidades, um mundo que não começa nem acaba nas doutrinas “reconhecidas”, um mundo que se faz e que fazemos a partir de nossos exercícios cotidianos de (sobre)vivência.

O conflito

Por estar neste mundo (mesmo que por demais moderno), não posso abdicar dele e de suas formas já estabelecidas de me relacionar nele e com ele. Ainda que minha opção tenha sido feita, que me manifeste favoravelmente às

leituras propostas e até diga concordar com muitas das lógicas estabelecidas por um determinado discurso, é inevitável não perceber que o exercício de sobrevivência neste mundo, a partir desta perspectiva de análise, com tantas incertezas postuladas, provoca inúmeros conflitos.

Mesmo porque, o exercício de ver de outro modo não conduz – como se poderia esperar – ao exercício de viver de outro modo, repelindo as já tão contumazes e constituídas formas de ver, representar, interpretar, ideologizar o mundo e as coisas que nele estão. Muitas amarras foram feitas através de nós e por nós a fim de que se perpetuassem algumas certezas e que se mantivessem alguns princípios. Ver de outro modo poderia significar, no máximo, talvez, perceber algumas armadilhas que nós mesmos nos armamos, quantificar o grau de disciplinamento que nos impomos, evitar algumas violências, minar alguns controles, ensaiar outros arranjos.

Nada de imposições, uma possibilidade entre outras; certamente que não mais verdadeira que as outras, mas talvez mais pertinente, mais eficaz, mais produtiva... E é isso que importa: não produzir algo de verdadeiro, no sentido de definitivo, absoluto, peremptório, mas dar 'peças' ou 'bocados', verdades modestas, novos relances, estranhos, que não impliquem em silêncio de estupefação ou em burburinho de comentários, mas que sejam utilizáveis por outros como as chaves de uma caixa de ferramentas (Ewald apud Veiga-Neto, 1996, p. 31).

Por isto, talvez seja preciso abandonar as muitas esperanças que acreditávamos serem realizáveis, ou nos permitirmos, no limite, perceber os infinitos controles.

O(s) controle(s)

Ao sistematizarmos as coisas – qualificando-as, descrevendo-as, nomeando-as, ordenando-as – limitamos as possibilidades de construção de outras diferentes (ou “novas” porque até então desconhecidas) identidades. Regrar significa também regular: permitir (ou não) determinados procedimentos.

Talvez a atitude moderna mais convencionalmente aceita e utilizada é justamente aquela de “descobrir”, “conhecer”, “revelar” o novo, dando a este “novo” (porque ainda não conhecido) todos os atributos e as qualificações necessárias a uma sua futura categorização/regulação. Não esquecendo, porém, que ao diferenciarmos o “novo”, o esquadrihamos, o colocamos naquele único lugar a ser ocupado e a partir do qual o conhecemos e, portanto, estabelecemos com ele algumas relações.

Os modos de conhecermos e de nos relacionarmos com o “objeto” do nosso conhecimento não são únicos e nem sempre foram os mesmos. Foucault (1995a) demonstra como no plano das linguagens, da economia e da vida as

analogias e similitudes caracterizavam o(s) outro(s) na época – por ele chamada de – clássica. Na época moderna, ao contrário, a diferenciação passa a ser a única capaz de reunir tantos diversos e “novos” num mesmo cenário explicativo.

Também as relações interpessoais se diferenciam ao longo dos séculos. Se entre reis e súditos atos de obediência, castigo e violência⁸ eram os mais comuns, com o crescimento da população mundial, novas tecnologias de controle e medição populacional⁹ tiveram que ser adotados para manterem docilizados e governados (sob controle) tantos corpos e mentes.

Se o poder-força física (ou violência) tornou-se menos exemplar – ou menos produtivo, porque sempre mais se rebelavam e se insurgiam contra ele –, deveria ser menos utilizado. Outras formas de exercício de poder – “com procedimentos específicos, instrumentos totalmente novos e aparelhos bastante diferentes” (Foucault, 1989, p. 187), absolutamente incompatíveis com as relações de soberania – foram sendo colocados em prática a fim de manter sob controle as indesejáveis e crescentes massas indisciplinadas¹⁰.

Diferentemente da concepção de poder exercido por alguém ou algo contra outro(s), numa relação de força (violenta) em que o mais “forte” vence o mais “fraco”, Foucault (1989) propõe uma outra forma de perceber este poder que deixa de ser simples violência, para ser um jogo de relações, baseado no saber (conhecimento sistematizado, difuso, adquirido) e que funciona como uma “maquinaria, (...) uma máquina social que não está situada em um lugar privilegiado ou exclusivo, mas se dissemina por toda a estrutura social. Não é um objeto, uma coisa, mas uma relação” (Machado, 1989, p. XIV).

Uma relação de violência age sobre um corpo, sobre as coisas. Ela força, ela submete, ela quebra, ela destrói; ela fecha todas as possibilidades; não tem, portanto, junto de si, outro pólo senão aquele da passividade; e, se encontra uma resistência, a única escolha é tentar reduzi-la. Uma relação de poder, ao contrário, se articula sobre dois elementos que lhe são indispensáveis por ser exatamente uma relação de poder: que o “outro” (aquele sobre o qual ela se exerce) seja inteiramente reconhecido e mantido até o fim como o sujeito da ação; e que se abra, diante da relação de poder, todo um campo de respostas, reações, efeitos, invenções possíveis (Foucault, 1995b, p. 243).

Segundo Foucault (1989), em uma sociedade como a nossa o exercício do poder é capaz de produzir discursos de verdade com efeitos muito produtivos:

(...) existem relações de poder múltiplas que atravessam, caracterizam e constituem o corpo social e que estas relações de poder não podem se dissociar, se estabelecer nem funcionar sem uma produção, uma acumulação, uma circulação e um funcionamento do discurso. Não há possibilidade de exercício do poder sem uma certa economia dos discursos de verdade que funcione dentro e a partir desta dupla exigência. Somos submetidos pelo poder à produção da verdade e só podemos exercê-lo através da produção da verdade (pp. 179-180).

Ao produzirmos saberes¹¹ organizamos um sem número de práticas que nos condicionam (disciplinam) a nos relacionarmos com nós mesmos e com os outros a partir destes conhecimentos produzidos e reconhecidos como verdadeiros. Através deles exercemos poder (relacional), sujeitamos o outro, impomos as nossas vontades/verdades¹². “Tudo isto significa que o poder, para exercer-se nestes mecanismos sutis, é obrigado a formar, organizar e pôr em circulação um saber, ou melhor, aparelhos de saber que não são construções ideológicas”. (*Idem*, p. 186)

A produtividade deste poder, por sua vez, está relacionada à capacidade do mesmo em inter-relacionar posições diferentes, economizando os “custos” de uma imposição violenta que explicitamente domina, viola, obriga. Ele produz diferentes arranjos (subjetivações) na medida em que é exercido, na medida em que se reage a ele, se resiste, tenta-se fazer valer um outro saber, uma outra verdade, criam-se novas forças, que impõem e sujeitam em função de outras argumentações. A produção destas “reações” – ações sobre ações, tais como “incitar, induzir, desviar, facilitar ou dificultar, ampliar ou limitar, tornar mais ou menos provável...” (Deleuze, 1998, p. 120) – é que qualifica o poder como produtivo, uma produtividade econômica¹³ que faz inventar outras estratégias, que o potencializam, ao engendrar “saberes que o justificam e encobrem” (Veiga-Neto, 1999, p. 13).

O que faz que o poder se mantenha, seja aceito, é essencialmente que não é percebido somente como potência que diz não, mas sim que (...) produz coisas, induz prazer, forma saber, produz discursos; tem-se que considerá-lo como uma rede produtiva que passa através de todo o corpo social ao invés de uma instância negativa que tem por função reprimir (Foucault, 1995c, p. 137, trad. minha).

A verticalidade do poder “soberano” vai, aos poucos, cedendo lugar à horizontalidade do poder “disciplinar”: um poder ligado aos saberes cada vez mais difusos no mundo, que produzirá corpos dóceis que reagirão ou resistirão ao poder sempre em relação a um outro exercício de poder, onde a força física não se fará mais tão necessária, por não ser a única forma de imposição do desejo de alguém ou de sujeição do outro. Pois, é necessário “(...) encontrar um mecanismo de poder tal que ao mesmo tempo [controle] as coisas e as pessoas até os seus mínimos detalhes, não [seja] tão custoso nem essencialmente predatório, que se [exerça] no mesmo sentido do processo econômico” (Foucault, *id*, p. 58, trad. minha).

Ao dispensar essa relação custosa e violenta até então empreendida no exercício do poder (soberano), a disciplina obtém efeitos de utilidade pelo menos igualmente grandes.

O momento histórico das disciplinas é o momento em que nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente. Forma-se, então, uma política das coerções que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos. O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadrinha, o desarticula e o recompõe (Foucault, 1997c, p. 127). Estas novas técnicas são por sua vez muito mais eficazes e muito menos custosas (menos custosas economicamente, menos aleatórias em seus resultados, menos suscetíveis de escapatória ou de resistência) que as técnicas utilizadas até então e que se apoiavam em uma mescla de tolerâncias, mais ou menos forçadas (desde o privilégio reconhecido até a criminalidade endêmica) e de ostentação custosa (intervenções estrepitosas e descontínuas do poder cuja forma mais violenta era o castigo “exemplar” já que excepcional) (Foucault, 1995c, p. 137).

A disciplina distribui os indivíduos no espaço, quadricula-os (“cada indivíduo no seu lugar, e em cada lugar um indivíduo”, idem, p. 131); localiza-os funcionalmente (os espaços devem ser úteis para permitirem maior rapidez, habilidade, vigor e constância); e posiciona-os na série, na linha, na coluna ou na fila. Para conseguir ter um resultado satisfatório, utiliza recursos para o “bom adestramento”, tais como a vigilância hierárquica, a sanção normalizadora (ou seja, a penalidade) e o exame.

Disciplina é, no fundo, o mecanismo de poder pelo qual conseguimos controlar no corpo social até os elementos mais tênues pelos quais chegamos a tocar os próprios átomos sociais, isto é, os indivíduos. Técnicas de individualização do poder. Como vigiar alguém, como controlar sua conduta, seu comportamento, suas atitudes, como intensificar seu rendimento, como multiplicar suas capacidades, como colocá-lo no lugar onde será mais útil (...) (Foucault, s/d, pp. 58-59, trad. minha).

Portanto, a disciplina é um mecanismo, um dispositivo funcional, uma técnica que produz indivíduos úteis, não é uma instituição nem um aparelho, ela substitui “o velho princípio ‘retirada-violência’ que regia a economia do poder pelo princípio ‘suavidade-produção-lucro’” (Foucault, 1997c, p. 192). A disciplina fixa, imobiliza, regulamenta, “neutraliza os efeitos de contrapoder que dela nascem e que formam resistência ao poder que quer dominá-la: agitações, revoltas, organizações espontâneas, conluíus (...)” (idem, p. 193). “As disciplinas são o conjunto das minúsculas invenções técnicas que permitiram fazer crescer a extensão útil das multiplicidades fazendo diminuir os inconvenientes do poder que, justamente para torná-las úteis, deve regê-las.” (Idem ibidem)

A disciplina produz uma forma diferente de exercer o controle (ou assujeitar o outro), pois através dela é possível “observar, comparar e controlar os rendi-

mentos, as presenças e as ausências dos monocromáticos sujeitos-pontos: modelo panóptico¹⁴ de ver o todo permanentemente. Aqui se individualiza globalizando e se globaliza individualizando” (De Marinis, 1998, p. 32, trad. minha). O olhar disciplinador está sempre atento, olhando para cima e para baixo, intervindo continuamente, é perseverante, conseqüente, cotidiano e sistemático. É, acima de tudo, vigilante.

O aparelho disciplinar perfeito, segundo Foucault (1997c), é aquele que é capaz de ver todos e tudo com um único olhar. Ao olhar, vigia e “a vigilância torna-se um operador econômico decisivo, na medida em que é ao mesmo tempo uma peça interna no aparelho de produção e uma engrenagem específica do poder disciplinar” (Foucault, 1997c, p. 157). “O exercício da disciplina supõe um dispositivo que obrigue pelo jogo do olhar; um aparelho onde as técnicas que permitem ver induzam a efeitos de poder e, onde, em troca, os meios de coerção tornem claramente visíveis aqueles sobre quem se aplicam” (Idem, p. 153).

A vigilância é um mecanismo de coerção “leve”, permanente e que, ao se internalizar, nos impõem a disciplinadamente agirmos segundo aquilo que cremos (ou que nos fazem crer) estar dentro da norma. Não precisamos mais do “olhar do rei” e de sua força-física para que violentamente leis e obrigações nos sejam impostos, basta sabermos que nos vigiamos recíproca e continuamente para impedirmos a manifestação indesejada de atos obscenos, anormais, indisciplinados, ilegais, etc..

A vigilância hierarquizada, contínua e funcional não é, sem dúvida, uma das grandes “invenções” técnicas do século XVIII, mas sua insidiosa extensão deve sua importância às novas mecânicas de poder que traz consigo. O poder disciplinar, graças a ela, torna-se um sistema “integrado”, ligado do interior à economia e aos fins do dispositivo onde é exercido. Organiza-se assim como um poder múltiplo, automático e anônimo; pois, se é verdade que a vigilância repousa sobre indivíduos, seu funcionamento é de uma rede de relações de alto a baixo, mas também até um certo ponto de baixo para cima e lateralmente; essa rede “sustenta” o conjunto, e o perpassa de efeitos de poder que se apoiam uns sobre os outros: fiscais perpetuamente fiscalizados. O poder na vigilância hierarquizada das disciplinas não se detém como uma coisa, não se transfere como uma propriedade; funciona como uma máquina (Foucault, 1997c, p. 158).

Esta máquina estabelece relações diferentes de cada um para consigo mesmo: a contínua vigilância produz uma disciplina-mecanismo que é “um dispositivo funcional que deve melhorar o exercício do poder tornando-o mais rápido, mais leve, mais eficaz, um desenho das coerções sutis para uma sociedade que está por vir” (idem, p. 184).

No poder disciplinar, o exercício de governo – talvez o grande problema deste “novo” mundo, cuja população cresce rapidamente¹⁵, os limites territoriais

precisam ser continuamente bem demarcados e reconhecidos, os recursos econômicos começam a se fazer sempre mais escassos e os dispositivos de segurança precisam se “modernizar” (ou “humanizar”) para poderem fazer frente às constantes reações aos atos violentos – se desloca do indivíduo único, soberano e detentor de todos os privilégios – inclusive e, sobretudo, aquele de comandar os outros segundo sua própria vontade e desejos – para se alargar (responsabilizando mais pessoas) e “conseguir o máximo resultado a partir de uma aplicação mínima de poder” (Goldstein *apud* Veiga-Neto, s/d, p. 2).

Em suma, a passagem de uma arte de governo para uma ciência política, de um regime dominado pela estrutura de soberania para um regime dominado pelas técnicas de governo, ocorre no século XVIII em torno da população e, por conseguinte, em torno do nascimento da economia política (Foucault, 1989, p. 290).

Este outro jeito de se exercer o poder – circular, relacional – ou “esta forma bastante específica e complexa de poder, que tem por alvo a população, por forma principal de saber a economia política e por instrumentos técnicos essenciais os dispositivos de segurança” (Foucault, 1989, pp. 291-292) – entre outras duas acepções referidas por Foucault neste mesmo texto¹⁶ – foi por este autor chamada de “governamentalidade”:

A governamentalidade (...) se tornou o terreno comum de todas as nossas formas modernas de racionalidade política, na medida em que elas constróem as tarefas dos governantes em termos de supervisão e maximização calculadas das forças da sociedade. A governamentalidade é o ‘conjunto formado pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas, que permitem o exercício dessa forma muito específica, embora complexa, de poder e que tem como seu alvo a população’ (Rose, 1998, pp. 35-36).

Ao descrever, analisar, calcular, relatar ou organizar dados relativos a nós mesmos, estamos nos governando, impondo a nós mesmos nossos limites e possibilidades dentro desta circunscrita teia, nos localizando nos seus emaranhados, nos disciplinando, determinando a nós mesmos nossas posições e nossas pseudo-liberdades¹⁷.

Esta contínua docilidade se sustenta em alguns dispositivos ou tecnologias de exercício de poder, tais como a constante disciplina, o exame, o controle dos tempos, a organização, a ordem, a hierarquia:

A obediência incondicional, o exame ininterrupto e a confissão exaustiva foram, portanto, um conjunto onde cada elemento implica os dois outros; a manifestação verbal da verdade que se esconde no fundo de si mesma aparece como uma peça indispensável ao governo dos homens uns pelos outros (...) (Foucault, 1997b, p. 105).

A submissão do corpo pelo controle das idéias, com o poder-saber regulando, regulamentando e disciplinando sujeitos sempre mais assujeitados começou a entrar em discussão e causar incômodos com o vigor da crescente descrença nas verdades absolutas, sejam elas científicas ou não. Se por um lado a globalização massificou hábitos, culturas, povos e línguas, por outro lado fez perceber que somos muitos e, sobretudo, diferentes. A tentada universalização de nossas sociedades, culturas, economias e compreensões de mundo acabaram produzindo mais conflitos do que se poderia esperar.

A população mundial continuou a crescer, a escassez de alimentos e as “consagradas” formas de manutenção do capital – com o constante aumento da pobreza, da exclusão, do desemprego, da queda do consumo, da falência da produção primária, da violência¹⁸ – estão sempre mais em descrédito, os índices de qualidade de vida são desiguais nas várias regiões da Terra e a acumulação/produção de bens e serviços de “última geração” não estão mais produzindo as tão sonhadas igualdades, justiça e fraternidades universais¹⁹. Além disto, a perda progressiva do poder aquisitivo que reduz sempre mais o consumo coloca em questão a própria manutenção do capitalismo neo-liberal globalizado: quanto mais a população empobrece, mais inútil o investimento em pesquisa e produção de produtos de “última geração”. E, se o capitalismo não consegue “seduzir” as massas vendendo seus “belos” e “caros” produtos²⁰, perde aquela sua eficiente e eficaz função até então exercida: o controle através do consumo indiscriminado. Pois, à margem deste consumo, estão todos aqueles milhões de habitantes não capturados por este hegemônico sistema econômico vigente.

Deleuze (1998), apropriando-se do conceito de “controle” desenvolvido por Burroughs, escreve-nos que as “sociedades disciplinares” – pelo acima exposto, mas também pelo tipo de desenvolvimento tecnológico e industrial que tem caracterizado nossa sociedade de consumo – estão sendo substituídas pelas “sociedades de controle”. Mais econômicas, permitem que o controle seja contínuo e que se faça abertamente²¹, e que a comunicação seja instantânea. O controle é exercido por “modulação[:] uma moldagem auto-deformante que muda continuamente a cada instante, ou (...) uma peneira cujas malhas mudam de um ponto a outro” (idem, p. 221). Na sociedade de controle nunca se termina nada: a formação é permanente, a avaliação é permanente, a visibilidade é permanente, o horário de trabalho é permanente, a progressividade da escala de cargos e salários é permanente²². Tudo é ágil o suficiente para, tão logo quanto possível, ser superado.

Foucault (1997), ao escrever sobre as disciplinas, já referia que o controle se dá: pelo horário (através de três grandes processos: estabelecer as cesuras, obrigar as ocupações determinadas, regulamentar os ciclos de repetição); pela elaboração temporal do ato (“o ato é decomposto em seus elementos; é definida a posição do corpo, dos membros, das articulações, para cada movimento,

uma determinada direção, uma amplitude, uma duração; é prescrita sua ordem de sucessão. O tempo penetra o corpo, e com ele todos os controles minuciosos do poder”, p. 138); pela correlação do corpo com os gestos (“imposição da melhor relação entre um gesto e a atitude global do corpo, que é sua condição de eficácia e de rapidez (...) [pois] um corpo disciplinado é a base de um gesto eficiente”, pp. 138-139); e pela articulação corpo-objeto (“a disciplina define cada uma das relações que o corpo deve manter com o objeto que manipula. Ela estabelece cuidadosa engrenagem entre um e outro”, p. 139).

É importante salientar que esta rede de observação permanente sempre existiu – seja na “sociedade de soberania” (onde o poder se exercia pela ação violenta, normalmente em praça pública, e o suplício era o melhor dos exemplos), seja na “sociedade disciplinar” (onde o poder-saber se exerce pela vigilância que seleciona, divide, segmenta, classifica, ordena, categoriza, hierarquiza, normaliza e centraliza) –, mas é na “sociedade de controle” que ela se torna mais eficiente e mais eficaz, com um maior número de dispositivos ou instrumentos que permitem controlar, por um tempo infinito e ilimitado, o maior número de indivíduos. Mudou a lógica de exercício dos poderes: a violência ainda existe, embora menos freqüente e mais reprovável; o poder-saber continua disciplinando; o controle se instrumentalizou com outros dispositivos tecnológicos. Da força física à câmera invisível, continuamos permanentemente violentados-disciplinados-controlados.

Controlados, descrentes, anestesiados²³ talvez, dispomos de poucos mecanismos para nos rebelarmos contra estas contínuas formas de opressão, verdade sempre mais autênticas que pretendem nos dizer o que somos, para onde vamos, o que devemos querer, quantos somos, como somos. Objetivações que nos sujeitam. Conflitos que nos limitam.

Faço minha a preocupação de Rose (1998) quando diz que se preocupa “com os novos regimes de verdade instalados pelo conhecimento da subjetividade, as novas formas de dizer coisas plausíveis sobre outros seres humanos e sobre nós mesmos, o novo licenciamento daqueles que podem falar a verdade e daqueles que estão sujeitos a ela, as novas formas de pensar o que pode ser feito a eles e a nós” (p. 34).

Talvez no limite da descrença, da inquietude, da abundante produção de significados, no exercício dos delírios possíveis e daqueles impossíveis, reste-nos apenas “uma ‘ontologia fraca’ como única possibilidade de sair da metafísica – pelo caminho de uma aceitação-convalescência-distorção que não tem mais nada do ultrapassamento crítico característico da modernidade. Pode ser que nisso resida, para o pensamento pós-moderno, a chance de um novo, francamente novo, começo” (Vattimo, 1996, p. 190).

Referências Bibliográficas

- DELEUZE, Gilles. *Conversações (1972-1990)*. Trad. Peter Pál Pelbart. Rio de Janeiro: 34, 1998.
- _____. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- DE MARINIS, Pablo. La espacialidad del ojo miope (del Poder): (Dos ejercicios de cartografía postsocial). *Archipiélago Cuadernos de Crítica de la Cultura*: Barcelona, nº 34-45, 1998, pp. 32-39.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário Aurélio*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, s/d, 1ª ed..
- FOUCAULT, Michel. *Em Defesa da Sociedade: Curso do Collège de France (1975-1976)*. Trad. Maria Ernantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- _____. *A arqueologia do saber*. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997a, 5ª ed..
- _____. *Resumo dos Cursos do Collège de France (1970-1982)*. Trad. Andrea Daher. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997b.
- _____. *Vigiar e punir: História da violência nas prisões*. Trad. Raquel Ramalheite. Petrópolis: Vozes, 1997c, 15ª ed..
- _____. *As palavras e as coisas: Uma arqueologia das ciências humanas*. Trad. Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 1995a.
- _____. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H. L.; RABINOW, Paul. *Michel Foucault – Uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995b, pp. 231-249.
- _____. *Un dialogo sobre el poder*. Madri: Alianza Materiales, 1995c.
- _____. *Microfísica do poder*. Trad. e org. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- _____. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Trad. Maria Thereza Albuquerque e J.A. Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988, 9ª ed..
- _____. *La imposible prisión: debate con Michel Foucault*. Barcelona: Anagrama, 1982.
- _____. *Las redes del poder*. Buenos Aires: Almagesto, s/d.
- KROEF, Ada Beatriz Gallicchio. *Identidade(s) e Cultura(s): territórios da subjetividade capitalística*. Porto Alegre: PPGEDU/FACED/UFRGS, 1999. Texto digitado.
- LYOTARD, Jean-François. *O pós-moderno*. Trad. Ricardo Corrêa Barbosa. Rio de Janeiro: José Olympio, 1988, 3ª ed..
- MACHADO, Roberto. Por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Trad. e org. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1989, pp. VII- XXIII.
- OTTONE, Piero. Il falso progresso. *Il venerdì di Repubblica*: Roma, agosto de 1999.
- ROCHA, Cristianne Maria Famer. *Desconstruções edificantes: uma análise da ordenação do espaço como elemento do currículo*. Porto Alegre: PPGEDU/FACED/UFRGS, 1999. Proposta de Dissertação de Mestrado.

- ROSE, Nikolas. Governando a alma: a formação do eu privado. In: SILVA, Tomaz Tadeu (org.). *Liberdades Reguladas: A pedagogia construtivista e outras formas de governo do eu*. Petrópolis: Vozes, 1998, pp. 30-45.
- VATTIMO, Gianni. *O fim da modernidade: niilismo e hermenêutica na cultura pós-moderna*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- VEIGA-NETO, Alfredo. *Michel Foucault e os Estudos Culturais*. Porto Alegre, 1999. Texto digitado.
- _____. Olhares. In: COSTA, Marisa Vorraber (org.). *Caminhos investigativos: novos olhares na pesquisa em educação*. Porto Alegre: Mediação, 1996.
- _____. *Governabilidade ou governamentalidade*. Porto Alegre: s/d. Texto digitado.
- ZINGARELLI, Nicola. *Vocabolario della Lingua Italiana*. Bolonha: Zanichelli, 1996.

Notas

1. Embora faça referências ao Foucault “arqueológico” (1995) de *As palavras e as coisas*, o uso que aqui faço da Arqueologia é quase ilustrativo. Espero que no decorrer do texto se entenda o propósito deste título em querer mostrar, primeiro, a passagem de uma análise arqueológica dos discursos (de Foucault) à análise das sociedades de controle proposta por Deleuze (1998); segundo, a falta de lugar (nem entre palavras, nem entre coisas, nem entre ambas) para o exercício do controle, tal como o entende Deleuze (idem), mas também alargando seu sentido, pensando o controle para além das inovações tecnológicas, dos discursos, das sociabilizações, das economias, das políticas, das práticas culturais e midiáticas, entre outras possibilidades que sequer me dou conta agora.
2. Ver “O pós-moderno” de Lyotard (1988).
3. Uso aqui o termo “desconstrução” tal como o usei na minha Proposta de Dissertação de Mestrado, defendida junto ao PPGEDU/UFRGS: “*Desconstruir* (que não significa destruir), embora não esteja formalmente dicionarizado em língua portuguesa, é o ato de *des-construir*, onde *des* (derivado do prefixo latino ‘de’) indica, entre outras coisas, separação, distanciamento, transformação (...). Assim, para realizar as *desconstruções* (...) que proponho, (...) preciso transformar o que está construído, separando suas partes e analisando-as aos pedaços para, de um outro modo, produzir, fabricar, fazer, edificar” (Rocha, 1999, p. 4).
4. Dados da Organização das Nações Unidas (ONU), em boletim oficial divulgado amplamente pela imprensa nestes dias, mostram que mais da metade da população mundial hoje vive com menos de US\$ 2,00 (dois dólares) ao dia. E, destes, metade vive com apenas US\$ 1,00 (um dólar) ao dia.
5. Kroef (1999, p. 1) justifica que “Guatarri acrescenta o sufixo ‘ístico’ a ‘capitalista’ por lhe parecer necessário criar um termo que possa designar não apenas as sociedades qualificadas como capitalistas, mas também setores do ‘terceiro mundo’ ou do capitalismo ‘periférico’, assim como as economias ditas socialistas dos países do leste, que vivem numa espécie de dependência e contradependência do capitalismo. Tais sociedades, segundo Guatarri, em nada se diferenciam do ponto de vista do modo de produção de subjetividade.”

6. “Comemoramos” (intranquilos), nestes dias, a chegada do nosso 6.000.000.000º cidadão mundial em meio aos escombros da reconstruída ex-Iugoslávia, nos simbólicos braços do Secretário Geral da ONU (Organizações das Nações Unidas), apesar de todas as suspeitas que temos do que isto possa infelizmente representar, em função do contínuo crescimento da população mundial e as implícitas dificuldades disto decorrentes.
7. Práticas discursivas segundo Foucault (1997a) são atos de linguagem que se repetem em tempos e espaços determinados, carregados de “verdades” (ou que respondem a vontades de verdade), ditos/escritos/manifestados por um sujeito (alguém que ocupa uma posição vazia, que fala de algum lugar, revestido de alguma função social) e que a partir deles se exercerá uma produtividade (exercício de poder sobre outros que se assujeitam ao sujeito do enunciado).
8. Violência, do latim “*violentia*”, significa “constrangimento físico ou moral; uso da força, coação” (Ferreira, s/d, p. 1463), ou ainda: “coação física ou moral exercida por um sujeito sobre um outro a fim de induzi-lo a fazer ações que talvez não teria feito” (Zingarelli, 1996, p. 1968, trad. minha). A violência, enfim, é uma punição corporal: marcante para a vítima, ostentoso aos outros, constatado por todos, um triunfo. O excesso das violências produz o triunfo, a glória: quanto mais visível, melhor, pois a economia do poder (soberano) se dá pelo excesso da violência.
9. Como por exemplo, os estudos estatísticos.
10. Foucault (1999; 1988) faz referência ao deslocamento do poder exercido pelo soberano (que tem o direito sobre a vida e a morte do súdito, que deixa viver ou faz morrer) para o poder exercido na sociedade disciplinar (um direito sobre a vida, que administra os corpos e gere a vida). A este poder para a vida (ao contrário daquele “potência da morte”), Foucault denomina de “biopoder”, um poder que, através de uma tecnologia disciplinar do corpo, aumenta a sua força útil através do exercício, do treinamento, tornando o “corpo-máquina” individual dotado de capacidades, de docilidades e de utilidades. Mas, também um poder que se exerce através de uma outra tecnologia que se sobrepõem a esta primeira, que é a tecnologia regulamentadora da vida, centrada na vida, que agrupa os efeitos de massa próprios de uma população, que procura controlar a série, que visa o equilíbrio global, a segurança do conjunto. Esta segunda tecnologia de exercício do biopoder regula o corpo social, os processos biosociológicos e se apoia no “corpo-espécie” (“no corpo transpassado pela mecânica do ser vivo e como suporte dos processos biológicos: a proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida, a longevidade, com todas as condições que podem fazê-los variar; tais processos são assumidos mediante toda uma série de intervenções e *controles reguladores: uma bio-política da população*”, 1988, p. 131, grifo do autor).
11. Saber, para Foucault (1997a), é um “conjunto de elementos, formados de maneira regular por uma prática discursiva e indispensáveis à constituição de uma ciência, apesar de não se destinarem necessariamente a lhe dar lugar (...). Um saber é aquilo de que podemos falar em uma prática discursiva que se encontra assim especificada: o domínio constituído pelos diferentes objetos que irão adquirir ou não um status científico (...); um saber é, também, o espaço em que o sujeito pode tomar posição para falar dos objetos de que se ocupa em seu discurso (...); um

saber é também o campo de coordenação e subordinação dos enunciados em que os conceitos aparecem, se definem, se aplicam, se transformam (...); finalmente, um saber se define por possibilidades de utilização e de apropriação oferecidas pelo discurso (...)” (pp. 206-207).

12. É importante observar, tal como salienta Machado (1989, p. XIV) que: “(...) esse caráter relacional do poder implica que as próprias lutas contra o seu exercício não possam ser feitas de fora, de outro lugar, do exterior, pois nada está isento de poder. Qualquer luta é sempre resistência dentro da própria rede do poder, teia que se alastra por toda a sociedade e a que ninguém pode escapar: ele está sempre presente e se exerce como uma multiplicidade de relações de forças. E como onde há poder há resistência, não existe propriamente o lugar de resistência, mas pontos móveis e transitórios que também se distribuem por toda a estrutura social.”
13. Entendo “economia” como a utilização máxima das fontes que se dispõem.
14. Sobre o panóptico, ver Bentham (1989), Foucault (1997c) e Rocha (1999).
15. Para se ter uma idéia deste rápido crescimento demográfico, segundo dados da Organização das Nações Unidas (ONU), a população mundial em 1650 era de 500 milhões de habitantes, em 1950 passamos a 2,5 bilhões, em 1970 chegamos a 4 bilhões e em 1999 somos 6 bilhões. Calcula-se também que se continuarmos crescendo com os mesmos índices dos últimos anos, já em 2015 seremos 10 bilhões de habitantes no mundo.
16. Foucault (1989, pp. 291-292) escreveu: “com essa palavra quero dizer três coisas”: (além do acima citado) “a tendência que em todo o Ocidente conduziu incessantemente, durante muito tempo, à preeminência deste tipo de poder, que se pode chamar de governo, sobre todos os outros – soberania, disciplina, etc. – e levou ao desenvolvimento de uma série de aparelhos específicos de governo e de um conjunto de saberes; o resultado de processo através do qual o Estado de justiça da Idade Média, que se tornou nos séculos XV e XVI Estado administrativo, foi pouco a pouco governamentalizado”.
17. Uso o adjetivo “pseudo” não em contraposição a uma possível “verdadeira” liberdade. Justamente por não acreditar que existam liberdades verdadeiras, não acredito também nas falsas. Uso, então, este adjetivo somente para enfatizar que nossas tão proclamadas liberdades e autonomias estão bem circunscritas, limitadas nas tantas informações circulantes e em tantos saberes que definem e distinguem certos e errados, justos e injustos, normais e anormais, entre tantas outras composições binárias, típicas da nossa lógica cartesiana moderna.
18. É interessante observar como a imprensa, em geral, enfatiza o contínuo crescimento da violência e a necessidade de ações mais duras (para não dizer mais violentas) para coibir os outros tantos atos “violentos”. Ao nos mostrar continuamente o processo de “vitimização” a que somos submetidos todos os dias – por aqueles que não respeitam a propriedade privada, o livre direito (daqueles poucos que o têm) de ir e vir ou de poder comprar e desfrutar de bens e serviços sempre mais caros e impossíveis de serem consumidos por mais da metade da população mundial –, nos incita a nos rebelarmos contra aqueles que não conseguem viver “disciplinadamente” neste modelo sócio-econômico-cultural. Consequências disto são as manifestações

extremadas e “a-históricas” de linchamento em praça pública, defesa da pena de morte, defesa daqueles que executam (para se “defenderem”) “a sangue frio” ladrões e bandidos, enfim, atrocidades (ou suplícios) típicos de um tempo em que a violência indiscriminada era o exercício de poder mais comum e mais usado.

19. Bons exemplos deste desequilíbrio e constante sofrimento mundiais são as contínuas guerras e guerrilhas regionais, ora buscando a divisão ou a libertação territorial em relação a uma outra nação/área, ora são as questões étnicas que atuam de contra-ponto, ora são as questões econômicas, ora são motivos sociais “preocupantes”, tais como o narcotráfico, o tráfico de bebês, as correntes migratórias do chamado “terceiro” mundo para o primeiro, o destino do lixo nuclear, entre tantos outros. Interessante artigo foi recentemente publicado por Ottone (1999), questionando “o falso progresso” e as inevitáveis consequências do capitalismo avançado que produz muita comida para os povos que já estão no limite do seu excesso de peso, com doenças cardiovasculares graves e contínuo desperdiçar de alimentos (em comparação aos que nada têm para comer e morrem de fome); que produz tantos bens de consumo duráveis (tais como automóveis, eletrodomésticos, telefones celulares) que sequer tem-se espaço físico para conviver com a enorme variedade deles sem que causem tantos transtornos; que produz serviços, turismo e viagens sempre menos desejados, pois cada vez mais se procuram lugares paradisíacos, isolados e distantes para serem consumidos; que produz desenvolvimento que deveria produzir emprego, apesar do constante aumento do desemprego mundial.
20. Vide, por exemplo, a tão publicizada viagem Rio de Janeiro-Paris em apenas quatro horas a bordo do mais rápido e moderno avião do mundo (o supersônico “Concorde”). O programa não decolou, por serem poucos os passageiros “habilitados” a pagarem a luxuosa cifra ofertada. Este é apenas um exemplo que, apesar de termos produzido aviões supersônicos, somente uma pequena parcela de passageiros (ultra) milionários pode atualmente desfrutar deste conforto (refiro-me àqueles que podem usufruir da rota Nova York-Paris, única ainda hoje em operação).
21. Continuamente se publicizam e se informam as pessoas sobre os “novos” modos de manter sob controle os espaços públicos e privados: câmeras que filmam dia e noite; raios “x” que fazem ver sob as vestes todos os objetos desejáveis; cartões magnéticos cujas senhas podem permitir ou não o livre acesso; binas que informam, antes mesmo de se atender o telefone, quem está chamando; os telefones celulares que permitem encontrar qualquer um em qualquer lugar; as redes de acesso à TV por assinatura (que controlam quem vê o que, quando e porquê); os telefones com câmeras que permitem também “ver” ao invés de só escutar e falar; a internet e suas infinitas possibilidades de controle: microcâmeras, redes de acesso, senhas de acesso, contadores de acesso às homepages, etc.; entre inúmeras outras tecnologias continuamente criadas para permitirem o “livre” acesso às informações pessoais de cada um de nós.
22. Deleuze (1998) traça paralelos entre a sociedade disciplinar – expressa no modo de produção das fábricas (manufatureiras) com horários de trabalho delimitados, funções delimitadas, salários e condições de trabalho visíveis – e a sociedade de controle – onde “a empresa introduz o tempo todo uma rivalidade inexprimível como são emulação, excelente motivação que contrapõe os indivíduos entre si e atravessa cada um, dividindo-o em si mesmo” (p. 221).

23. Em determinada ocasião, Foucault (1982) foi questionado pelo “efeito anestesiante” que suas teses provocavam naqueles que percebiam nada poder fazer diante de tantas dificuldades em sair da “lógica implacável” proposta pelo mesmo. A isto o autor respondeu, entre outras coisas: “A crítica não tem porque ser a premissa de um raciocínio que terminaria dizendo: isto é o que você não deve fazer. Deve ser um instrumento para aqueles que lutam, resistem, e já não suportam o que existe. Deve ser utilizada nos processos de conflitos, enfrentamentos, (...). Não tem porque impor-se à lei. Não é uma etapa de uma programação. É um desafio em relação ao que existe” (p. 76, trad. minha).

Cristianne Maria Famer Rocha é mestrande do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Endereço para correspondência:

Rua Irmão José Otão, 170/904
90035-060 – Porto Alegre – RS
E-mail: crisrocha@pro.via-rs.com.br